

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)

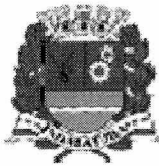
38857700

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

Ata da Audiência/Consulta Pública para apresentação do Projeto de Lei no. 032/2023, de autoria do Executivo Municipal que “Dispõe sobre a Instituição do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).-

Nos termos do edital, através da Presidência e das Comissões Permanentes desta Casa, a Câmara Municipal promoveu no dia 30 de março de 2023, às 10h, audiência pública para apresentação do Projeto de Lei no. 032/2023, de autoria do Executivo Municipal que “Dispõe sobre a Instituição do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).-

Às dez horas e dez minutos do dia trinta de março de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, no edifício sede da Câmara Municipal de Indaiatuba, sito à Rua Humaitá, 1167 - Centro, realizou-se audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 32/2023 que dispõe sobre o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de autoria do Executivo Municipal. Presidida pelo Senhor JORGE LUIS LEPINSK, a audiência pública contou com a presença dos vereadores EDUARDO TONIN, JORGE LUIS LEPINSK, LEANDRO JOSÉ PINTO e ALEXANDRE PERES e de cerca de 30 munícipes (Em anexo, Lista de Presença). Antes de iniciar a audiência, o Sr. Presidente disse que faria um agradecimento ao Senhor Gabriel da Protector, que portava uma faixa com os dizeres “Pepão e vereadores, os funcionários públicos agradecem pelo aumento. Disseram que vão lembrar de todos no ano que vem, na eleição”, por ele estar ali defendendo o interesse dos funcionários públicos. “Esta Casa é uma Casa democrática”, frisou o presidente da Câmara. A seguir, **Pepo Lepinsk** deu início à audiência pública com as seguintes palavras: “Bom dia a todos. A Câmara Municipal de Indaiatuba, por meio das comissões permanentes, promove nessa manhã Audiência Pública para apresentação do Projeto de Lei 32/2023, que dispõe sobre a instituição do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Gostaria de saudar aqui o vereador Eduardo Tonin, o vereador Leandro Pinto. Também gostaria de cumprimentar o Guilherme, secretário de Urbanismo, Leandro, secretário adjunto, todos os funcionários dessa Casa. E cito aqui também o nome dos representantes da empresa Novaes Engenharia Ambiental: o diretor Luciano e a engenheira Thais. Informo que a Audiência Pública seguirá as seguintes regras:



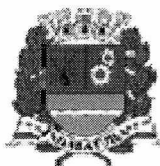
CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

***Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700***

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

inicialmente, os representantes da empresa farão apresentação da proposta. Em seguida, passaremos às manifestações dos participantes, que devem se inscrever previamente com os servidores da Câmara. Os cidadãos que representam entidades precisam comprovar que ela pertence ou que tem delegação para falar pelo órgão. Em seguida, eu farei a leitura das manifestações que eventualmente tenham chegado por e-mail ou no chat da Audiência Pública, que está sendo transmitida pelo YouTube. Em ambos os casos, é preciso se apresentar com o nome completo. Por fim, passarei a palavra aos vereadores que queiram se manifestar. E lembro que essa audiência tem a interpretação da Língua Brasileira de Sinais, feita pela intérprete Jennifer. Passo a palavra aos representantes da empresa Novaes Engenharia, Luciano e Thais”. Dirigindo-se aos presentes, o engenheiro **Luciano Farias de Novaes** disse que estava tendo a oportunidade de discutir o planejamento do município para os próximos vinte anos no tema de Resíduos Sólidos. Observou que resíduos sólidos são vulgarmente chamados de lixo e que têm diversas fontes geradoras: resíduos sólidos domésticos, resíduos de serviços de saúde, resíduos da construção civil e resíduos agrossilvopastoris. O engenheiro afirmou, na sequência, que foi realizado um levantamento de todos os resíduos gerados em Indaiatuba. Baseado nesse levantamento - disse -- um diagnóstico geral foi feito a respeito da coleta, do transporte e da disposição final de todos esses tipos de resíduos e como podem impactar, de alguma maneira, o meio ambiente e a saúde pública. “A gente fez a estimativa, então, do que vai acontecer para o futuro e definiu as metas do que tem que ser feito para os próximos vinte anos no município. Essas metas foram baseadas no que existe de regulamento de governo estadual e governo federal”, comentou. A seguir passou a palavra para engenheira **Thais Amorim Pereira Giudice** da empresa Novaes, que apresentou dados sobre a situação atual e sobre as Metas e as Diretrizes para as próximas duas décadas, traçadas pela proposta de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, elaborado - segundo disse -- com base nas Leis federais 11.445/2007 e 12.305, que tratam do tema. A seguir, afirmou que o levantamento das receitas e das despesas com a questão apontou para um balanço deficitário -- o que é arrecadado cobre apenas 78% dos custos, segundo a técnica da Novaes. “A gente tem que é um



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

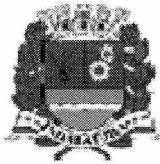
PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)

38857700

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

sistema bem estruturado e completo existente aqui no município, mas que não possui sustentabilidade financeira”, enfatizou. Na sequência, a engenheira reafirmou que as metas e diretrizes estão em conformidade com o Planares - Plano Nacional de Resíduos Sólidos - e que estão subdivididos em dez metas, quais são: A Meta 1 é tornar sustentável economicamente o manejo de resíduos sólidos do município, com a “revisão da cobrança da taxa atual (...) uma revisão da tarifa para cobrir os custos” do sistema, nas palavras da engenheira. Meta 2: aumentar a capacidade de gestão do município. Meta 3: aumentar o percentual de recicláveis: “Atualmente, o material reciclado no município é de dois vírgula três por cento do total gerado e o Planares prevê que lá em dois mil e quarenta e dois tem que ter vinte e cinco vírgula oitenta por cento do material seja reciclado”, afirmou. Meta 4: Programa de Melhoria dos Serviços de Limpeza Urbana. Meta 5: aumentar a reciclagem da fração urbana de resíduos sólidos, fração orgânica. Meta 6: aumentar a recuperação dos resíduos da construção civil. Meta 7: destinação final ambientalmente adequada para os resíduos dos serviços de saúde. Meta 8: educação ambiental para destinação ambientalmente adequada dos resíduos da logística reversa. Meta 9: criação de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos para os terminais rodoviários. E Meta 10: melhoria dos serviços de resíduos de saneamento. Em seguida, a técnica da Novaes disse que a Prefeitura terá que despender R\$ 135.470 mil para o implemento das metas e ações propostas, e o SAAE, R\$ 1,385 milhão, na aquisição de equipamento que reduza a umidade do lodo produzido com o tratamento dos efluentes pelas Estações de Tratamento de Esgoto do município. Para levantar esses recursos, Thaís Amorim sugeriu algumas fontes: recursos próprios, advindos da adequação da tarifa e dos tributos pertinentes, recursos privados, por meio de PPPs e concessões, além de financiamentos nacionais e internacionais, doações e fundos de cooperação federais e estaduais. A técnica finalizou a apresentação com as seguintes palavras: “As ações aqui voltadas buscam soluções para os resíduos sólidos, considerando as dimensões políticas, econômicas, ambientais e culturais, com o controle social e sob premissa do desenvolvimento sustentável. Todo o planejamento foi realizado com base nas carências identificadas no diagnóstico, e adequações durante os processos de participação social, elas são



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

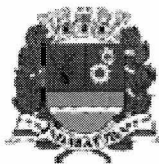
***Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700***

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

totalmente viáveis e enriquecedoras, tornando o documento concebido uma verdadeira ferramenta indutora para o manejo adequado dos resíduos sólidos no município”. Retomando a palavra, o presidente **Pepo Lepinsk** abriu a audiência para as considerações dos presentes. Pela importância da participação popular no debate, bem como das respostas dos formuladores do Plano Municipal, esta parte do encontro segue praticamente na íntegra:

ANA CAROLINE TRINDADE: Olá, boa tarde a todos. Obrigada pela apresentação, Thais. Primeiro, falando sobre a apresentação, fiquei com algumas dúvidas. Eu sei aí que é um documento de quatrocentas páginas, para resumir fica bem complicado. Eu fiquei sentindo falta da sua apresentação exatamente quantos funcionários trabalham na Corpus na parte de reciclagem, mostrar mais a empresa dentro, quais... porque, assim, é uma esteira que separa os lixos recicláveis. Quantas pessoas trabalham? Eu vi que você também dispôs de metas, metas que eu sei que são longas inclusive, vinte anos é muito tempo de meta, acho até estranho terem uma meta tão... ter um período tão grande. Então eu senti também falta da metodologia. Você colocou... estipulou uma meta de melhorar... acho que aqui em Indaiatuba, pelo que entendi, foi... só dois vírgula cinco por cento de todo o lixo de resíduo sólido é reciclável, e você propôs aí uma meta. Como é que você vai atingir essa meta? Qual é a metodologia? Eu vi que você propôs aí uma educação nas escolas, enfim. Como é que isso vai ser implementado? Por exemplo, nas escolas da prefeitura aqui do estado de Indaiatuba tem lixeira de coleta seletiva. Eu não vi nenhum caminhão da Corpus pegando esses lixos, né? Então a gente incentiva o aluno a colocar em uma lixeira de coleta seletiva, e quem é que pega esse lixo reciclável? Não tem. Só tem as caçambas de coleta orgânica na maioria das escolas, né? Esse é um ponto, como é que vai ser feito isso.

O outro ponto meu, que não foi dito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, é: por que não se cria cooperativas? Porque isso é uma prioridade na Política Nacional de Resíduos Sólidos, colocar pessoas, envolver, fazer um processo... um projeto socioambiental, envolver pessoas de baixa renda para conseguir atender essa demanda dos municípios, que inclusive essa prioridade da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos,



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)

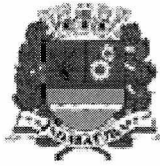
38857700

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

inclusive, favorece uma verba maior da União, que é a União que destina esse dinheiro aos municípios, né? Então não é empresas privadas. Primeiramente, deveria ser sanada essa demanda de cooperativas, de associações, de organizações, que aqui em Indaiatuba não tem, inclusive. Tem uma cooperativa em Itupeva, mas aqui em Indaiatuba não tem. Por que isso não é implementado aqui na cidade de Indaiatuba? Por que essas pessoas não podem, essas... não é incentivado esse tipo de organização de cooperativas de catadores?

Então, eu acho que é isso que eu estou conseguindo lembrar. Queria muito entender essa dificuldade aí. Obrigada.

LUCIANO FARIAS DE NOVAES: Ana Caroline, obrigado pelas considerações. Vamos lá, vamos tentar esclarecer aqui. O primeiro tema é sobre a metodologia de como a gente alcançar as metas, né? Realmente são metas ousadas que precisa. Então, por exemplo, a gente olha alguns indicadores hoje, por exemplo, da construção civil, que ainda a gente não tem nenhum tipo de reutilização dos resíduos da construção civil e a gente precisa chegar no indicador de dezoito por cento. No caso dos recicláveis, hoje a gente está com dois vírgula poucos por cento de coleta de reciclados e a gente precisa chegar em mais de vinte por cento como meta, né? Todas essas ações que precisam ser feitas precisam de investimentos. É lógico que... Você mesma trouxe algumas sugestões, por exemplo, das cooperativas, né, mas tudo precisa de investimentos. Então, qual foi a metodologia? A primeira coisa que a gente levantou foi como é que está a situação sustentável financeira do município quanto ao assunto Resíduos Sólidos. E esse é um tema que não é só Indaiatuba, tá? Isso é geral. O Resíduos Sólidos, ele é cobrado por uma taxa no IPTU muitas vezes, e essas taxas muitas vezes não são suficientes para fazer tudo o que precisa ser feito, porque muitas vezes a população não tem noção do custo que é de passar porta a porta coletando tudo, fazer o transporte e fazer a disposição de forma adequada, que isso tudo tem um custo, né? Então, a gente fez esse planejamento, que os horizontes sejam alcançados, e essas metas de sair de dois e pouco, de um, de uma coleta de resíduos recicláveis para vinte e poucos por cento parece pouco, mas é muito ousado, que são pouquíssimos municípios hoje que conseguem atingir esse indicador na



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

***Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700***

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

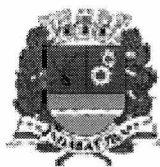
atualidade. Então a meta, ela é um pouco mais longa, mas a ideia é que seja implantada e o plano, a gente percebe, que seja uma regressão linear, ou seja, a evolução aconteça linearmente até chegar no final da perspectiva dessa meta no final. Uma das coisas que a gente tem dos recicláveis, que você trouxe muito bem, nas escolas a educação ambiental, os professores fazendo um belo trabalho de mostrar ali de como fazer disposição certa, segregação certa, a gente bate muito na tecla, e lá a gente aponta diversos programas de, principalmente, educação ambiental, que a gente entende que a parte de recicláveis, se não começar certo do gerador, se ele não fizer a separação adequada, não vamos ter sucesso. Então, se a gente entrar... Que a Thais apresentou o Capex - o que é isso? Investimento - dos caminhões, dos investimentos de pessoas, dos investimentos de infraestrutura para a gente passar o caminhão porta a porta coletando os reciclados... A gente teve situações de diversos outros municípios, por exemplo, até Campinas, que não teve sucesso porque algumas vezes não teve um trabalho antes de educação ambiental para fazer as pessoas separarem de forma adequada. Então a gente não descartou essa opção, a gente colocou que sim, vai fazer um piloto um pouco mais para a frente, mas primeiro intensificar o trabalho de educação ambiental.

ANA CAROLINE TRINDADE: Luciano, você ainda não conseguiu responder para mim. Vamos esquecer o catar de porta em porta no município inteiro. Ok, já entendi o custo disso. Vamos pensar nas escolas, que vocês estão priorizando a educação das escolas. Muito bem. O aluno separa o lixo reciclável. Quem coleta o lixo reciclável das escolas hoje? Hoje.

LUCIANO FARIAS DE NOVAES: Não, hoje não tem esse trabalho de coleta--

ANA CAROLINE TRINDADE: E qual é a metodologia? Como vocês vão implementar isso?

LUCIANO FARIAS DE NOVAES: Positivo. 'Bora' lá. Hoje como é que funciona no município de Indaiatuba? O que... O gerador que faz a separação, ele leve esses resíduos nos ecopontos, tá? Então isso é o que está para continuar, o gerador separe e leve essa disposição, e o que a gente propõe no plano é mais ecopontos,



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

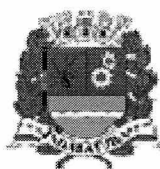
Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)

38857700

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

mais ecopontos na cidade. É isso que está sendo ligado. Agora, nada impede de a gente discutir... Porque os programas que têm que dar continuidade da educação ambiental no município, nada impede de a gente verificar, principalmente nas escolas, que são os locais que são ali formadores de educação, nada impede de a gente também trazer durante essas discussões principalmente nas escolas que passem coletando isso daí, mas hoje não tem um trabalho ainda pelo custo de coleta. Então, respondendo à sua pergunta, não tem realmente essa coleta nas escolas. É interessante ter? Não tenha dúvida, tá? Então, o que a gente propõe aqui nesse trabalho é que sejam realmente avaliadas essas situações de, primeiramente, uma educação nas escolas, os programas de educação nas escolas têm que ser debatidos significativamente, e se entenderem nesses programas de educação que nas escolas é fundamental realizar essa coleta, dá o primeiro passo. Nós não estamos dizendo que não, mas, assim, não tem como a gente entrar agora com a cata... porta a porta em virtude dos custos que se tem no município. Mas a sua colocação está totalmente correta e tem que ser olhado, sim, porque onde tem a formação de pessoas tem que ser todo um olhar especial para que seja incentivado, que seja feito adequadamente, tá?

Quanto às cooperativas, tá? Cooperativas, precisa ser feito um trabalho muito organizado, porque tem muitos lugares que dão certo e tem muitos lugares que não dão certo, principalmente por causa das pessoas, não por causa, às vezes, da organização da cooperativa, e sim das pessoas que estão propriamente ditas lá. Em muitos lugares que foram organizadas cooperativas teve situações de migrarem pessoas de um município para outro para catar o resíduo, tá, e essas pessoas de certa forma não trabalharam propriamente da cooperativa, e sim elas fizeram um uso particular da coleta daquilo ali. Então a gente teve situações já de pessoas que são catadores saírem de um município e irem para outro, tá, porque tem todo um incentivo da população fazer a segregação adequada, e essas pessoas vão para esses outros municípios, porque isso é colocado de frente das casas, e eles usam isso particularmente. Mas a ideia dos catadores tem que ser olhada e está dentro ali [ininteligível] dos programas de educações ambientais. Se eu não me engano, Indaiatuba já tentou uma vez, tentou fazer essa organização, não teve êxito



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)

38857700

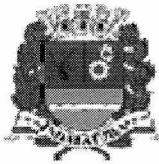
CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

mas não tenha dúvida nenhuma que é um tema muito relevante e que tem que ser discutido, sim. A sua colocação também está correta.

PRESIDENTE: Queria chamar o segundo inscrito aqui. Na verdade, a segunda. Erica Mano, que representa a entidade PSOL

ERICA MANO: Isso. Obrigada pela apresentação. Eu sou... eu estou representando o Psol. Eu sou a presidenta do Psol. E eu fiquei com dúvida... Quando vocês falam de custos, muito me preocupa, porque a saúde financeira do poder público não pode ser medida como se fosse uma empresa, ela não pode ser medida a partir do lucro que ela vai dar, e sim como ela atende à população, né? A gente entende que precisa, sim, ter uma certa saúde ali dentro, a gente não pode fugir do controle, mas essa coisa de colocar em vermelho o que está arrecadando menos... O poder público, ele não é uma empresa, ele não precisa ter lucro. E aí, quando vocês falam... Muito me preocupa essa fala, de que precisa ter arrecadação, precisa ter dinheiro. Eu queria saber de quem vocês vão tirar esse dinheiro, porque a população aqui de Indaiatuba... já aumentou a taxa de coleta de lixo para ela. Então, quem vocês vão onerar? Vão ser as empresas, por exemplo, da engenharia civil, que acabam tendo um maior resíduo ali sendo dispensado, vão ser das indústrias ou vão ser das pessoas, dos trabalhadores da cidade?

LUCIANO FARIAS DE NOVAES: Erica. Tudo bem, Erica? Vamos lá. Interessante a sua fala. O que a gente coloca aqui realmente não é ter lucro, tá? É ser sustentável. Mas só... A sua fala está coerente, para deixar mais claro, então a minha fala agora é mais para esclarecimento. Os números que foram colocados ali não é visão de lucro, e sim visão de ser sustentável, até mesmo porque a Lei 11.445/2007, que é a que estabelece a Política Nacional de Saneamento e Resíduos Sólidos, é dentro do saneamento, ela fala que as quatro áreas do saneamento têm que ter sustentabilidade. Se a gente entrar em drenagem, que é uma outra área, é mais carente ainda, porque não tem arrecadação com drenagem e a gente sabe que precisa fazer manutenções, que é um outro tema polêmico, e resíduos sólidos, quando a gente trouxe ali, a gente trouxe dois indicadores ali, Erica: um indicador que seria referente somente aos resíduos sólidos domésticos, né? Então somente os resíduos sólidos domésticos - então a gente não entra ali em construção civil, não entra em serviços de saúde -



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

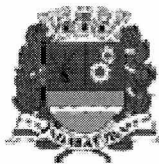
***Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700***

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

a gente já não tem a sustentabilidade nos resíduos sólidos domésticos. O que a gente traz aqui no plano é um tema para mostrar que não é só no problema de Indaiatuba. Isso daí vem ao longo do tema, de todo um período, pelo fato de resíduo sólido ser vulgarmente reconhecido como lixo, algo que não tem valor, algo que se dispunha de qualquer jeito vinte anos atrás, não tem como a gente falar que graças a Deus está tendo uma evolução, né? A gente queria que... nós que somos da área, a gente queria que essa evolução fosse mais rápida, né, mas falar que não está tendo evolução eu acredito que é muito firme de falar. Está tendo uma evolução não tão acelerada igual a gente queria. Então, o que a gente traz no plano não é falar assim: “Tem que ser criada uma tarifa”, tá? A gente tem que mostrar que nós não estamos atendendo hoje em Indaiatuba a sustentabilidade do setor. O que está acontecendo? Está tendo que tirar dinheiro de um outro segmento para cobrir um segmento, e isso não é o que a política pede. A política pede que tenha sustentabilidade. Como é que isso vai ser alcançado? Precisa ser olhado e fazer toda uma análise econômica. A tarifa dos resíduos sólidos hoje paga pelo cidadão pode ser necessário um aumento? Pode. Tem hoje alguns cidadãos que não estão pagando em virtude de alguma coisa? Precisa ser olhado, porque todos têm que pagar, a não ser que sejam pessoas de tarifa social. Se foi dado... intitulado e levantado que são pessoas extremamente carentes, aí sim tem todo um abatimento para ser olhado para aquilo porque nós somos... vivemos em uma comunidade que a gente tem que entender essa situação. Então, precisa ser olhado para o tema, é isso que o plano fala, então o plano levanta que não é sustentável, e precisa ser discutido. Se vai ser em tarifa, se vai ser onerado talvez de algum outro setor para trazer essa sustentabilidade, isso é discutido, mas tem que ser sustentável. É isso que o plano aponta, que precisa ser feito como uma das ações.

ERICA MANO: Então, vocês não têm plano ainda?

LUCIANO FARIAS DE NOVAES: Ainda não. Isso fica em uma das metas para a prefeitura em cinco anos buscar essa sustentabilidade. Então a sustentabilidade, ela não tem que acontecer o ano que vem. Ela pode ir colocando algumas ações para melhorar, como foi colocada agora, esse ano teve um ajuste, melhorou a arrecadação, mas continuou ainda não atingindo a sustentabilidade. Então, em



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)

38857700

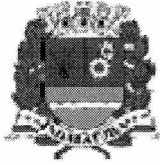
CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

cinco anos ela tem que vir colocando, ano a ano, atividades, ações, para que busque essa sustentabilidade em cinco anos. E aí tudo é através de projetos, de leis que vão surgindo, e vai ser tudo discutido.

PRESIDENTE: Terceiro inscrito, Gabriel Silva Gomes.

GABRIEL SILVA GOMES: Bom dia a todos. Queria agradecer aqui aos nobres vereadores aqui presentes na Casa. Gostaria de agradecer também às autoridades que estão aqui presentes, a Guarda Civil, que está presente também na Casa fazendo a nossa segurança. Muito obrigado. Gostaria de agradecer também a Novaes por estar aqui e por fazer por Indaiatuba melhor e sempre, porque a nossa cidade é a cidade maravilhosa, e obrigado, como cidadão estou agradecendo pelo belo trabalho executado. Queria agradecer também ao presidente da Casa, que está aqui e que teve também a liberdade de me conceder a autorização de falar, conforme lei presente. Queria anunciar aqui a todos que o prefeito Nilson Gaspar exerce um bom, um excelente trabalho, que junto com a Novaes irá fazer mais ainda a diferença aqui na cidade maravilhosa de Indaiatuba. Meu nome é Gabriel Silva Gomes. Sou mais conhecido como Gabriel da Protector. Sou empresário, cidadão indaiatubano. Estou aqui em defesa da causa dos trabalhadores.

Eu gostaria de falar que já estamos permitindo a renovação do contrato com a Novaes Engenharia Sustentável e gostaria de saber da Novaes se existe algum plano de ação para seus funcionários, já que a renovação, ou até mesmo a contratação, ela é uma contratação bem gorda, até mesmo haja vista que os funcionários da Corpus, da Novaes, eles são trabalhadores dedicados. Esses dias atrás eu enxerguei trabalhadores da Novaes, que é da Corpus, atuantes no caminhão de lixo, fazendo a coleta de todo resíduo da Rua Ademar de Barros, onde que eu tenho a minha empresa, Grupo Protector. Eu queria pedir para a Corpus e para a Novaes que olhasse mais para seus funcionários, que melhorasse as condições de salário, benefícios, porque um contrato tão gordo desse não é possível que podemos... ou até mesmo a Novaes não consiga reajustar esses salários, juntar junto... fazer todo o trabalho junto com o sindicato. Espero que o sindicato esteja aqui presente. Está presente? Não está presente, mas deveria estar presente. E agradecer a todo cidadão indaiatubano.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

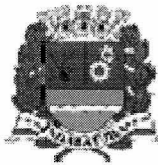
PALÁCIO VOTURA

***Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700***

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

LUCIANO FARIAS DE NOVAES: Gabriel, te posicionando, eu acredito que faltou um pouquinho do dever de casa feito pela sua assessoria. A Novaes Engenharia, empresa contratada por um processo seletivo de um edital que deram cinco empresas mais de trinta por cento de desconto no preço, mostrando que teve uma disputa financeira significativa, nós executamos os trabalhos com quatorze engenheiros trabalhando - engenheiros químicos, engenheiros ambientais, engenheiros civis -, não temos nenhum tipo de relacionamento com a Corpus. A Corpus é uma outra empresa contratada com outro processo licitatório totalmente diferente. Então, assim, me desculpe, mas eu já participei de... É o quadragésimo oitavo plano que eu estou apresentando e eu nunca vi algo ser apontado dessa forma para a Novaes. A Novaes é uma empresa de planejamento, é uma empresa de engenharia, que faz o levantamento da cidade, e ser apontada... Se a Novaes pode melhorar os salários dos nossos contribuidores? Thais, você pode responder aí, que é a minha engenheira que está aqui. Então, um equívoco muito grande. Com todo respeito, faltou um trabalho de assessoria aí de um tema tão importante que a gente está discutindo.

Quanto a Corpus poder melhorar ou não as condições de salário dos seus colaboradores, não é tema a ser apontado aqui. Isso não é um trabalho político, eu acho que não é... nós temos que discutir aqui planejamento. Se você me apontar algo que possa ser melhorado em termos de coleta... Na sua fala, na sua fala, você falou que a coleta é exemplar no município. Então, é o que nós temos que discutir, se a coleta precisa melhorar ou não. Se a Corpus não estiver remunerando corretamente os seus funcionários ou não estiver atendendo alguma coisa do sindicato, acredito que a prefeitura que faça a fiscalização e a prefeitura pode atuar eles se caso for o tema, mas não é o tema aqui. O tema aqui é se os indicadores do município precisam melhorar ou não. Então, Gabriel, me desculpe, mas foi muito equivocada a sua fala em posicionar que a Novaes e a Corpus estão juntas. Isso está gravado, e eu queria deixar bem claro que Corpus e Novaes... Não existe nenhum tipo de vínculo. Isso basta ver pelo CNPJ, pelos profissionais e por nunca ter tido nenhum tipo de vínculo de prestação de serviço entre as duas. Então, encerrado esse assunto, porque totalmente fora de tema.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

***Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700***

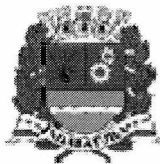
CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

GABRIEL SILVA GOMES: Senhores da Novaes e Corpus, que estão nos assistindo, via televisão, informo ao senhor que sem o trabalho da classe baixa o senhor não poderia nem estar aqui. Então eu peço ao senhor que reflita até mesmo mais, porque sem os trabalhadores não funciona.

PRESIDENTE: Vou chamar o quarto inscrito. Thomaz Alcântara Carvalho, da empresa Habitus Ambiental.

THOMAZ ALCÂNTARA CARVALHO: Bom dia a todos. Queria agradecer a oportunidade da palavra, parabenizar o corpo técnico da Novaes pelo diagnóstico. Não é simples. Como o presidente já disse, eu me chamo Thomaz. Trabalhei na Câmara Municipal de Campinas por três anos, trabalhei no Departamento de Limpeza Urbana de Campinas por doze, tá? Então, assim, tenho um pouquinho de conhecimento sobre o assunto. Queria fazer algumas críticas construtivas ao plano, claro, e colaborar com a construção desse projeto tão importante de vinte anos na cidade de Indaiatuba.

Inicialmente, eu queria criticar a legislação. Não é nem o formato do plano, que ele está abordando todos os resíduos. Porém, a legislação é composta de três artigos. Ela estabelece o plano: o plano será regulamentado pelo anexo, e esta lei será publicada... será... bom, resumindo o terceiro artigo, que fala da aprovação da lei. Geralmente, quando nós construímos o Plano de Gestão de Resíduos de Campinas, a gente aprovou através de texto de lei abordando cada artigo específico, cada capítulo tinha um resíduo específico, falando, assim, dos resíduos orgânicos, dos resíduos de serviços de saúde, resíduo da construção civil, e outros mais abordados, falando um pouquinho sobre as cooperativas, falando sobre coleta seletiva, cada município determina o seu formato, porém, é preciso ser abordado, porque quando a gente chega no final, quando a gente publica essa legislação no formato que está aqui em Indaiatuba, a gente não consegue ferramenta para fiscalização, a gente não consegue uma forma de multar um descarte irregular, a gente não consegue operacionalizar esse plano. E, além de tudo, ainda falta a possibilidade de os vereadores o emendarem, porque, queira ou não, a voz da população na cidade é representada em cada parcela pelos vereadores na Câmara Municipal. Não entendi o encaminhamento da legislação para a Câmara Municipal sem a possibilidade de emenda no texto da lei, tá? Então acho que isso



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)

38857700

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

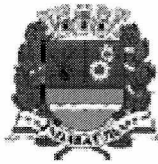
é uma coisa que tem que ser remediada. O texto da lei tem que ser construído, cada resíduo tratado da sua forma específica, a rastreabilidade determinada, gerador, transportador, destino final, até para que seja possível incluir na cadeia de resíduos prevista dentro da questão do sistema MTR e todo esse arcabouço de leis que os procuradores da Câmara e da prefeitura vão saber especificar melhor do que eu, tá?

O segundo ponto é: eu achei a abordagem do resíduo da construção civil um pouco rasa. A gente não conseguiu chegar em conclusões de soluções, especificamente a rastreabilidade do resíduo, que é um ponto importantíssimo para atender o princípio do poluidor pagador inclusive, vocês entendem disso muito mais do que eu. Então, assim, o resíduo da construção civil gerado pelos empreendimentos imobiliários, que têm, sim, um grande lucro, uma grande possibilidade de contribuir com o sistema, inclusive de aumentar a arrecadação da cidade, eles foram abordados de forma rasa. É preciso abordar outras alternativas para que o prazo de resolução dele seja menor, tá legal? São essas as considerações. Obrigado pela palavra.

LUCIANO FARIAS DE NOVAES: Muito bem, Thomaz. É interessante quando as colocações também são técnicas, isso é muito interessante, as contribuições são sempre boas para ser discutidas, né?

Quanto ao resíduo da construção civil, que poderíamos aí ter entrado um pouquinho mais a fundo, fica aí a crítica, nós podemos olhar, sim, para melhorar, tá? Obrigado pela crítica. Eu acho que nós não somos perfeitos, e nenhuma empresa é, e nós precisamos melhorar e vamos olhar.

Quanto ao fato de... Realmente, a gente tem poucas informações, porque aqui não tem uma disposição adequada, digamos assim, dos resíduos da construção civil em termos de a gente poder fazer uma triagem, para a gente poder fazer uma segregação e até reutilizar esse material, que a gente sabe que grande parte desse material dá para a gente triturar. A gente tem *cases* no Brasil já mostrando a reutilização desse material para construção de calçada, pavimentação de estradas rurais e reutilização disso dentro da própria construção civil, que faz aí o processo ser cada vez mais sustentável, né? A gente propõe



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

***Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700***

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

ali como meta, se eu não me engano, de dez anos ter implantado junto, com a usina de valorização no município, que é parecida com a de Salto, né? Salto... Para quem não conhece essa usina de valorização de Salto, fica super indicado de dar um pulo até lá pela proximidade que se tem, que é conhecida nacionalmente, está sendo referência nacionalmente. E também foi proposto que seja implantada uma usina de reutilização dos resíduos da construção civil. Mas fica a crítica aí, e nós vamos olhar com todo carinho.

Quanto ao fato do processo da legislação, esse tema já está sendo discutido, sim, de como a gente pode transformar isso em um projeto de lei que seja mais redondo e mais, digamos assim, assertivo possível.

THOMAZ ALCÂNTARA CARVALHO: Sr. Presidente, só... Eu gostaria muito de pedir que a crítica e a colocação fossem registradas em Ata.

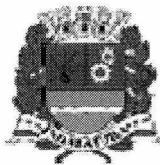
PRESIDENTE: Ah, tá. Vai ser... Tudo que foi falado aqui nos microfones será registrado.

SENHOR THOMAZ ALCÂNTARA CARVALHO: Obrigado.

LUCIANO FARIAS DE NOVAES: Obrigado, Thomaz.

PRESIDENTE: Tá bom? Obrigado, viu? Queria chamar o quinto inscrito. Charles Fernandes. O Charles é arquiteto e está sempre participando das audiências, contribuindo com a nossa cidade.

CHARLES FERNANDES: Bom dia. Obrigado pela oportunidade. É sensacional ver de novo um plano com metas, assim, arrojadas. Em dois mil e seis, uma enorme quantidade de metas dispostas hoje já eram emergenciais para dois mil e dezesseis, quando da aprovação do Plano de Saneamento Básico, se eu não me engano, em dois mil e quatorze no Caderno de Resíduos Sólidos. Ponto. Já eram há mais de dez anos e são projetadas para os próximos vinte. Bom, é assim que se trata planejamento. A minha opinião - isso é fato, eu não estou opinando, isso é fato, só estou dizendo passando por algumas datas -, na minha opinião, se esse plano não virar dotação orçamentária na LDO, se não virar item para os próximos contratos como contrapartida de empresas terceiras, ele não acontece, tá? Então, mais do que planejar, precisa passar pelo financeiro, pelo físico, para ele acontecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)

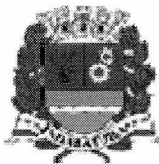
38857700

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

Importante, então, é ter os indicadores mais bem apresentados e relacionados. Achei sensacional... É a primeira vez... aliás, não é a primeira vez, mas é a primeira vez que se fala de indicadores em Audiência Pública, pelo menos nas últimas que eu tenho assistido. Eu vou falar um exemplo rapidinho. Não vou ser prolixo, não vou ser demorado.

Nós trabalhamos com montagens industriais. É muito fácil, em uma empresa recém-entregue, ser contratado da empresa terceira vários containers a custo de mil, dois mil reais mensais para que se retire o lixo orgânico. Imediatamente, quando nós montamos a empresa, já entramos em contato com a qualidade e falamos assim: “Olha, vocês vão diminuir para ontem a quantidade de lixo”. “Como?”. Reciclando. “Mas a gente não ganha nada reciclando. É muito pouco o que entra para a empresa”. Tá bom. Se você conseguir tirar um container, você tira mil por mês. Você pode não estar gastando cinquenta, cem, do reciclado, mas você está tirando mil. Bom, o que eu quero exemplificar com isso? Os indicadores, eles não deveriam atender somente ao lixo reciclado. Eu não vi o último contrato da empresa terceira, mas e se hipoteticamente nós temos cem milhões de custos/ano com lixo e que a destinação dos resíduos sólidos seja de vinte, trinta milhões e que você indica que nós temos como meta alcançar vinte por cento, ou seja, nós precisamos ter uma diminuição de dez milhões, então, do contrato. Se isso não for efetivado e se você não enxergar uma diminuição de custos ao longo do que se recicla, o ato de se reciclar é quebrado. Reciclar não é só a palavra bonita, ecologia... Não, é economia do município. Precisa virar dinheiro. Desculpa discordar com a ideia de que receita... que município não pode ser visto como empresa. Sim. Quando se fala de contrato terceiro, deve, sim.

Eu vou só falar mais uma coisa aqui: eu não... Isso eu gostaria de uma opinião sua. Atualmente, todo valor reciclado é doado, doado, é destinado à fundação, à fundação do município. A várias fundações, aliás. Isso incentiva a economia, isso incentiva o ato de se reciclar, incentiva empresas do setor, você criar um ciclo e romper esse ciclo doando dinheiro, ou, dentro desses indicadores que vocês estão propondo, há um indicador de diminuição de contratos futuros dos lixos não recicláveis, dos orgânicos? Obrigado pela atenção.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

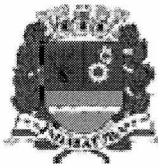
PALÁCIO VOTURA

***Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700***

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

LUCIANO FARIAS DE NOVAES: Muito boa a fala, Charles. Eu acho que discussões, essas, são muito sadias para enriquecimento, né? Realmente, essa parte de recicláveis a gente precisa evoluir muito não só em Indaiatuba, mas a nível estado de São Paulo, e Brasil, então, nem se fala. O que a gente entende, pegando a sua colocação? Realmente, a partir do momento que é reciclado, esse material tem um valor. Se tem um valor, isso tem que entrar no balanço financeiro, né? Quanto que gastou e o quanto que recebeu, isso tem que ser abatido, né? Então, o que a gente aponta no plano... que a gente não aponta que tenha que ser feito o PPP ou que tenha que ser feitas concessões. A gente aponta que precisa ser investido para atender essas metas, que no início da sua fala você posicionou que, realmente, muitas das metas não vão ser alcançadas se não tiver uma dotação para aquilo já cravada, né? Aqui pelo plano, a gente não pode afirmar de onde tem que vir o dinheiro. A gente aponta que precisa ter aquele dinheiro para que aquela meta seja alcançada. As autoridades públicas têm que discutir de onde vem. PPP é uma solução? Dependendo, sim. Não estou defendendo. Concessão pode ser? Dependendo, sim. Tarifa pode ser? Dependendo, sim. Recursos federais, recursos estaduais, se estiver disponível, também sim. E aí tudo isso que você posicionou tem que ser auditado. Então, se você tem uma empresa que você contratou e essa empresa está tendo lucro com aquilo, eu acho que tem que ser apresentado um balanço, sim, para que, se está tendo alguma receita, diminua os custos com o que você está pagando. Fato, você tem (sic) totalmente correto. Então, auditorias dos contratos para lutar para que o custo seja mais baixo, para defender principalmente a tarifa da população, sem dúvida nenhuma tem que ser feito. Então, se as auditorias e um balanço financeiro que tem que ser feito, então o que eu estou entendendo? Se a gente contrata uma empresa para prestar serviço e se ela está tendo lucro com aquilo que ela está prestando, eu entendo que - lucro com reciclável, tá, que eu estou querendo dizer -, eu entendo que isso tem que dar uma forma de abater a tarifa com o que o cidadão está pagando para que aquilo funcione. Você está totalmente certo. Porque isso fecha o ciclo, né?

Quanto ao fato de ser doado, é muito interessante, e isso é discutido, porque, assim, muitas entidades, elas precisam das



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

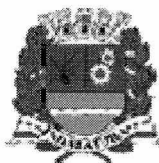
***Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700***

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

doações, mas não tudo seja talvez revertido para essa forma, ou abatimento de imposto. Eu já vi também situações em que se você na sua empresa consegue fazer esse processo para te incentivar... Porque é isso que a gente precisa, incentivos. E o financeiro é um belo de um incentivo. Se você consegue aplicar ações de reciclagem, você tem abatimento de imposto dentro do seu processo. Fantástico também, a gente já viu isso e também isso pode ser futuramente ser discutido nessa Câmara por projetos de leis. Mas a sua fala, para mim, está totalmente correta.

PRESIDENTE: Muito bem. Quero aqui deixar aos vereadores, não tem mais nenhum inscrito, as considerações, o Alexandre Peres... Tem microfone aqui, Alexandre? Quer falar da Tribuna, Alexandre?

LUCIANO FARIAS DE NOVAES: Nós temos aqui um texto encaminhado pelo Senhor Osmar Roberto Oliveira. Ele encaminhou no dia vinte e sete de março, às nove horas da manhã. O assunto é: Sugestão de criação de coleta seletiva de resíduos sólidos e recicláveis, mais ecopontos nos bairros e mais dias e horários de coleta de lixo residencial. O texto do e-mail fala o seguinte: "Bom dia. Sugiro que sejam criados mais ecopontos de coleta seletiva de recicláveis e que ao lado tenha um agente de fiscalização da empresa responsável ou que, se colocando uma caçamba para depositar material não reciclável com entulho ou resto de obras pequenas, com retirada diariamente ou semanalmente pela empresa contratada e responsável para este serviço, e que seja levado este material para o destino correto até que seja construído mais ecoponto de material não reciclável. Com isso, evitaria o descarte ilegal de material não reciclável nos ecopontos de material reciclável. Como medida de urgência, que sejam instaladas câmeras de monitoramento nos ecopontos de material reciclado para inibir o descarte ilegal, seja integrado o sistema de monitoramento da cidade, câmeras de vigilância para todos os ecopontos, mais companhia educativa de reciclagem de material e mais agentes nos ecopontos para educação e orientações". Pertinente. O Osmar aqui... Isso tudo o próprio plano... que o plano tem quatrocentas páginas, a gente aponta a necessidade de mais ecopontos, então isso aqui é uma das coisas que ele pede; a gente aponta no plano para a implantação de câmeras de monitoramento, então isso também já está colocado; e



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)

38857700

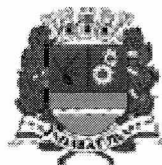
CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

a gente aponta no plano a necessidade da educação ambiental, que são aqui campanhas educativas, né, que ele aponta como sugestão. Então, tudo que ele traz como sugestões está alinhado com o que realmente está no plano.

PRESIDENTE: Lido o e-mail, passo a palavra ao vereador Alexandre Peres.

VEREADOR ALEXANDRE CARLOS PERES: Quero cumprimentar a todos que vieram participar e dar a sua contribuição aqui nesta Audiência Pública. Quero cumprimentar aqui o Guilherme, secretário de Serviços Urbanos, que gerencia a questão da coleta de lixo através da Corpus aqui na nossa cidade, e ao lado o Leandro, que também foi secretário e é o adjunto do Guilherme. Então, a presença de vocês é muito importante aqui, até para vocês entenderem o que as pessoas estão pensando sobre essa questão do gerenciamento dos nossos resíduos sólidos. Um cumprimento especial ao meu amigo, meu irmão, Charles Fernandes, sempre colocando situações aí importantíssimas. E até em cima do que você falou, Charles, a questão, por exemplo, que se coloca metas e as metas não são atingidas e viram metas nos próximos, e tal, tal, tal, isso é importantíssimo, e uma das nossas funções aqui como vereador são (sic) verificar se as metas das leis aprovadas por nós estão sendo cumpridas. Então, o Poder Legislativo, ele tem total responsabilidade nisso também, e eu me incluo nisso. Então, a partir do momento em que a gente vai colocar aqui e vai aprovar ou não o que for apresentado, a gente tem que saber que uma das nossas responsabilidades é verificar se as metas que a gente aprovou estão sendo cumpridas. E pode ter certeza que eu vou fazer a minha parte, e tenho certeza que também os nossos colegas aí vão ficar em cima disso. Mas muito bem colocado isso. Chega de meta que não chega nunca, né? Chega disso, né? Total razão.

Agora, com relação a pegar os recursos da nossa reciclagem e a gente fazer doação, por exemplo, para o nosso Fundo de Solidariedade, isso é importante, porque a gestão desse fundo é a própria... é a prefeitura que faz. E, inclusive, agora pouco teve uma entrega de ovos de Páscoa com recurso desse fundo. Para quem? Para entidades assistenciais. Então, se a gente não tem esse dinheiro em um fundo, a prefeitura tem que disponibilizar do cofre dela para colocar. Então, eu entendo que é válido pegar



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)

38857700

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

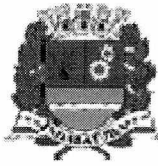
a parte da reciclagem e fazer uma doação para o nosso fundo, porque senão vai ter que tirar de outro lugar.

E outra coisa muito importante também que nós... outro dia conversando com o pessoal da Novaes, está colocado ali que dois e meio por cento do lixo doméstico é reciclável. Na verdade, isso é o que é medido, mas eu tenho certeza que é muito mais. Por quê? Porque quem fornece esses dados é a empresa que gerencia isso, que cuida disso, e se você acompanhar as nossas dezenas de ecopontos que nós temos na cidade, a gente percebe que muito do que está lá eles são retirados de lá por catadores antes de a empresa retirar. Então, não computa. Então, eu tenho certeza que pode chegar ao dobro ou até quatro vezes mais isso aí. É muito mais do que isso que está aí, que recicla hoje. O Guilherme está aí, não sei se ele concorda com o que eu estou falando ou não, mas o pessoal vai lá, eles retiram, e isso não é computado. Então é muito mais que isso, viu, gente, porque fala: Dois e meio por cento? Não é possível, é muito pouco. Mas eu calculo que pelo menos uns dez por cento chega. Se não chegar, está perto, tá? Então, ou seja, uma parte da meta já está até ali. Nós precisamos fazer o quê? Nós precisamos é monitorar melhor nossos ecopontos, então, porque a empresa que opera também, ela tem a questão financeira dela também.

Então, era isso que eu queria colocar, e, mais uma vez, obrigado pela presença de todo mundo.

PRESIDENTE: Eu passo a palavra agora ao vereador Eduardo Tonin.

VEREADOR EDUARDO TONIN: Olá, bom dia a todos. Agradeço pela oportunidade, presidente, agradeço aí em nome do secretário Guilherme ao Executivo Municipal. Agradeço também ao Luciano pela explanação aí do plano. Eu perguntei para o Luciano a respeito do tempo de vida que nós temos do nosso aterro sanitário. Então, a gente precisa saber quanto tempo nós temos ainda. Nós temos uma família que tem uma propriedade bem na divisa ali do aterro, que é o Pesqueiro 3T, conhecido, todo mundo conhece, e eu vi aquilo ali... desde menino aquilo lá era um caos. Era um lixão a céu aberto, a gente tinha problema de pessoa que deixava cachorro lá. Então, era um caos aquilo ali, e a gente vem acompanhando a evolução daquele aterro nos anos, e nos últimos anos eu tenho acompanhado a nota que a Cetesb dá



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

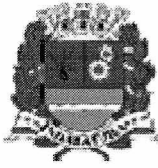
PALÁCIO VOTURA

***Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700***

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

para o aterro, então é sempre uma nota nível A aí, dez de dez, tal... Nove ponto oito? Nove ponto oito, então eu sei que é uma nota alta. Então, é uma coisa que veio sendo investida e hoje tem um aterro aí adequado, né? Mas também nós precisamos pensar no futuro. Ela ficou de me levantar o dado concreto que está no plano, se é dez anos mais de aterro. Então, essa informação eu gostaria de ter, que eu vou, na sequência, propor algumas emendas no plano, e ver a possibilidade... Às vezes tem algum município na região, por exemplo, Elias Fausto... Eu soube que Capivari teve um problema, uma época a Corpus também operou lá em Capivari, inclusive fiz uma obra lá de uma área de transbordo, uma área da Corpus lá que eles faziam... uma área de transbordo. Então, às vezes o município não tem como investir, mas ele pode receber e fazer uma parceria intermunicipal para Indaiatuba encaminhar o resíduo e ajudar no custeio, na manutenção desse aterro em conjunto com outras cidades, isso baratear o custo do lixo. Então, isso é uma coisa a ser estudada, né?

Outra coisa que eu queria colocar aqui é em relação à cooperativa dos catadores de lixo. Isso é uma coisa que precisa ser organizada, precisa ser incentivada. Então, através do meu gabinete também vou fazer uma indicação para que o Executivo Municipal faça um estudo de viabilidade, para que seja feito um estudo de cooperação com esses catadores de lixo. Eu sei que isso acontece em outros municípios e dá muito certo, sim. Precisa organizar esse pessoal. Então... Inclusive, a iniciativa privada tem interesse, porque muitas vezes a iniciativa privada quer comprar desse pessoal. Então, se eles estiverem bem organizados, eles conseguem recolher mais material. Então, pode contar comigo nesse quesito também. E em relação à questão de entulhos da construção civil, que é minha área, também visitei uma usina que produz sub-base para passeios em Votorantim, do lado de Sorocaba. É uma iniciativa extremamente, assim... o bem público não entra com custo nenhum. A iniciativa privada falou: "Não, Du, se você puder implementar em Indaiatuba, eu faço todo o investimento, desde que seja orientado através do órgão, esse órgão, e eu faço todo o investimento". E o que ele quer depois? Vender o resíduo, né? O resíduo não, o resíduo reciclado, para



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

***Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700***

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

fazer sub-base e ter um giro aí, uma sustentabilidade nesse ponto.

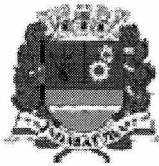
Então, essa é a minha contribuição. Eu vou estudar outros pontos do plano e vou sugerir emendas. Agradeço pela oportunidade, Luciano, Thais, presidente Pepo. Um bom dia a todos.

PRESIDENTE: Passar para o Luciano fazer as considerações finais aqui.

LUCIANO FARIAS DE NOVAES: Só para deixar claro, o aterro sanitário municipal tem uma perspectiva de dez anos ainda de vida útil. Isso tudo baseado no que é gerado hoje e nos indicadores que a gente tem hoje. Se a gente conseguir implantar aquela usina de valorização, que eu convido a todos, inclusive o senhor, seria muito interessante, visitar a de Salto... Porque lá você vai conseguir perceber o seguinte: lá a gente... É possível separar um maior número de recicláveis, que aí tem uma triagem final, e aí isso não vai para o aterro sanitário, melhorando a vida útil do aterro sanitário, parte do material orgânico vira composto através de compostagem. Então, isso tudo faz com que também a vida útil do aterro sanitário aumente, né? Então, se a gente não vier... não implantar nenhuma ação e continuar com os indicadores que a gente tem hoje, vida útil do aterro sanitário é dez anos. Se nós implantarmos as usinas de valorização, acredito aí que em torno de quinze, dezesseis anos é possível. Então, usina de valorização é muito importante para o lado ambiental de ser implantado aí, e fica o convite para conhecer como é que está funcionando em Salto.

PRESIDENTE: Queria aqui agradecer a presença de todos e às pessoas que fizeram suas inscrições para fazer as manifestações, que é a Ana Caroline do Psol, a Erica, em nome do Psol, Gabriel da empresa Gabriel, o Thomaz da Habitus Ambiental e ao Charles Fernandes, um arquiteto.

Encerro agora essa Audiência Pública e informo que o Projeto de Lei 32/2023 seguirá o rito de tramitação regimental até que esteja apto para votação em Plenário. Esta audiência também segue disponível no nosso canal do YouTube, e não havendo mais nada a discutir aqui, eu a declaro encerrada. Agradeço a presença de todos a essa Audiência Pública. Que Deus abençoe a vida de cada um. Grande abraço a todos e obrigado, viu? Queria



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

**Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)
38857700**

CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

agradecer também a empresa Novaes, Luciano e Thais. Obrigado. O presidente da Câmara Municipal de Indaiatuba, Pepo Lepinsk, encerrou a audiência, às 11h59m, agradecendo a participação de todos. Nada mais havendo para tratar, eu _____ (José Arnaldo Carotti) assessor jurídico da presidência, lavrei a presente Ata, a qual vai subscreita por quem de direito.

Jorge Luis Lepinsk

Presidente da Câmara Municipal de Indaiatuba

Dr. Othiel Harfuch

Presidente da CJR

Dr. Luiz Carlos Chiaparine

Presidente da CFO e OS

Eng. Alexandre Carlos Peres

Presidente da CESAS

Leandro José Pinto

Presidente da CST